

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

A Presidência do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo [Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo [Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#), e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018](#), e suas alterações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo [Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA - Serra Dona Francisca, realizada em 07/05/2024.

No sétimo dia, do mês de maio, do ano dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta e cinco minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os [Conselheiros\(as\)](#) - mandato de 01/01/2024 à 31/12/2025, conforme [Decreto No 57.927, de 18 de dezembro de 2023](#), e suas alterações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Gestor da APA; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA.UGA; Ademir Sgrott, da AJM; André Luis Maciel Pimpão Pimentel, da SEPUR; Felipe Romer Batista, da SEHAB; Arlindo Raulino Junior, da PMA; Juliana Kammer, da ACR; Tarciso Jannig, da ATERJ; Ernesto Caetano da Silva, da SDE.UDR; Dieter Klostermann, da AEA Babitonga; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Hector Silvio Haverroth, da EPAGRI; Patricia Helena Eggert Karnopp, CAJ; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Gabriel Klein Wolfart, do Sindpedras; Alcides Bergmann, da Ajaq; Jacson Gil Carneiro, da ACEF; Samille Perozin, da SAS; Jonas Pykocz, da SEINFRA Regional Pirabeiraba; Vilson Jacó Witt, da Apiville; e Carlos Eduardo Dumke da Rocha, da SED. Estiveram também presentes: José Augusto de Souza Neto, Secretário do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; Mariana Julia Calisto, da STCP; Leticia Wandowsky, da STCP; Sandro Schwarz, da SDE.UDR; Eliane Silene, da SAMA; Patricia da Silva, Bióloga; e Luiz Casas, da

SECULT. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação da Ata Reunião de 19/03/2024; **2)** Instalação Lixeiros e Sinalização Ambiental; **3)** Revisão Plano Manejo APA, por STCP; **4)** Simulídeos; **5)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre; **5.1)** Regimento Interno (atualização); **5.2)** IQA/CAJ. **Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião de 19/03/2024:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita inicia a reunião cumprimentando a todos os Conselheiros e visitantes e, antes de realizar a votação de aprovação da Ata da reunião do dia 19/03/2024, o Presidente do Conselho apresenta aos Conselheiros o Sr. Sandro Schwarz, novo Diretor Executivo da SDE.UDR, que assumiu essa função no início do mês de maio de 2024 e, em seguida, cede a palavra para Sandro. Após agradecer ao Presidente do Conselho e cumprimentar os Conselheiros, Sandro, que se apresenta comentando que nasceu e cresceu em Joinville, que tem atualmente 51 anos e que nos últimos 25 anos vinha trabalhando na iniciativa privada, e salienta que irá dar continuidade nos trabalhos já desenvolvidos pela UDR, buscando contribuir com seu conhecimento para propor inovações, melhorias e novos projetos dentro do que for possível, ao final, se coloca à disposição para auxiliar aos Conselheiros com o que for necessário. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita apresenta em seguida a Conselheira Samille Perozin, nova representante da SAS no Conselho, cedendo em seguida a palavra para que a mesma se apresentasse. A Conselheira Samille, após agradecer ao Presidente do Conselho e cumprimentar aos demais Conselheiros, se apresenta como Assistente Social de formação e, atualmente, atua na coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Pirabeiraba, tendo pedido transferência do CRAS do bairro Adhemar Garcia após a antiga Coordenadora se desligar por motivos pessoais, e se coloca à disposição para ajudar no que for possível aos demais Conselheiros. Após as apresentações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata da reunião do dia 19/03/2024 e se possuíam alguma contribuição ao texto, no que, não havendo manifestações coloca a Ata em votação, sendo Aprovada pela maioria dos votos dos Conselheiros, registradas cinco abstenções. **Pauta 2) Instalação Lixeiros e Sinalização Ambiental:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita cede a palavra para a Conselheira Magda, da SAMA, que cumprimenta aos demais Conselheiros, comentando que a renovação e novas instalações de placas de sinalização ambiental é uma demanda muito antiga do Conselho Gestor da APA, informando que a SAMA fechou um contrato, que teve vigência durante todo o ano de 2023, em que foram trabalhados durante a primeira metade do ano na confecção e aprovação das placas, lembrando que após as placas terem sido confeccionadas identificou-se que no processo licitatório não estavam previstos suportes de instalação para essas placas, aproveitando o ensejo para agradecer a parceria das Unidades Regionais de Obras e a SEPROT por terem fornecidos materiais de suporte, tornando possível que uma grande parte dessas placas estivessem instaladas antes do início da temporada de verão. Sobre as dificuldades apontadas pelos moradores, a Conselheira Magda comenta que as principais dificuldades apontadas foram o difícil acesso pelas estradas, devido ao excesso de veículos estacionados; despejo de lixo pelos banhistas; falta de quantidade ideal de lixeiras fixas; falta de quantidade de placas orientativas; o uso indevido da mata ciliar; a incidência de fogueiras e churrasqueiras próximas aos rios; e o corte de árvores nativas. Com a identificação dessas dificuldades foram dimensionados os pontos em que se deveriam instalar os lixeiros e as placas, com a Seinfra – Unidade Regional Oeste tendo instalado em sete locais, enquanto a SEINFRA Unidade Regional de Pirabeiraba realizou a instalação de 14. A Conselheira Magda informa que os primeiros kits de lixeiros foram instalados na ponte da Estrada Cumprida, seguida pela Ponte Adolfo Vogeslanger; Ponte Estrada do Salto I; Ponto de banho da Estrada do Salto I; Portão da usina da CELESC; Antiga ponte coberta na Estrada Blumenau; Ponte Coberta na Estrada do Pico; Vila da Paz; Ponte na Estrada João Fleith; Ponte de Concreto na Estrada Rio da Prata; Ponte Quiriri de Baixo (atualmente em obra); Ponte Coberta que liga o Quiriri ao Quiriri de Baixo; Ponte de Concreto do Quiriri, próxima a lanchonete Borba; Ponto de Banho na Estrada Covanca; Ponte na Estrada Quiriri Rio Seco; Represa do Cubatão; Ponte na Estrada Fazenda; Ponte na Estrada Saí; Ponto na Estrada Major Lima; Praça de Pirabeiraba. A Conselheira Magda apresentou também aos Conselheiros registros fotográficos desses pontos após as instalações e suas respectivas localizações geográficas, e comenta que já na primeira semana após a instalação a SAMA recebeu diversas ouvidorias relatando que esses modelos de lixeiras não eram adequados para aqueles locais, pois possibilitavam o acúmulo de água e, conseqüentemente, a proliferação do mosquito da dengue, tendo sido solicitado as Unidades Regionais de Obras que auxiliassem a Secretaria a realizar a furação dos lixeiros para evitar o acúmulo de água, além de ter sido programado com a Ambiental o cronograma de coleta de lixo desses locais, tendo sido solicitado que durante a temporada de verão as coletas fossem ainda mais frequentes. Com relação à instalação das placas de informação sobre a APA, a Conselheira Magda informa que foram instaladas no início das vias da Estrada Mildau; Estrada Guilherme; Estrada do Tromba; Estrada Francisco Antônio Fleith; Estrada do Pico; Estrada João Fleith; Estrada Rio da Prata; Estrada Izaak; e Estrada Bonita. A Conselheira Magda encerra sua fala, se colocando à disposição para

responder eventuais questionamentos dos demais Conselheiros. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM questiona se serão colocadas placas em outros pontos das vias e se outras estradas ou locais da APA não receberão placas também, no que a Conselheira Magda responde que sim, e que esse processo de instalação das placas ainda está ocorrendo, sendo esses pontos apresentados os locais em que a instalação era mais urgente. Ademir sugere que em um próximo momento poderia ser analisada a possibilidade de instalações de placas maiores ou outdoors nas entradas das principais estradas, enfatizando que os veículos estão entrando em uma Área de Proteção Ambiental. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM reforça ainda a importância de fiscalizar esses locais para tentar evitar que haja depredação das placas e dos lixeiros, no que o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita responde que sim, é necessário que esses locais sejam fiscalizados de tempos em tempos, e pede para que os Conselheiros e demais moradores que passam por esses locais mais frequentemente, ao se depararem com placas ou lixeiros danificados, acionem a SAMA por meio de ouvidorias para que a Secretaria tome conhecimento e possa realizar a manutenção ou troca. O Conselheiro Tarciso Jannig, da ATERJ sugere que seja elaborado um comunicado oficial informando que as placas e lixeiros estão sendo instalados, com esse comunicado solicitando aos cidadãos que observem caso haja depredação desses itens e comuniquem pela ouvidoria, assim os Conselheiros podem divulgar esse comunicado nos diversos grupos de moradores para que todos estejam cientes e observem caso as placas e lixeiros sejam danificados, no que o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita responde que quanto mais divulgação melhor, e incentiva que não apenas a SAMA divulgue a instalação das placas como também os moradores e donos de estabelecimentos comerciais informem sobre as instalações, pois se tanto o poder público quanto o privado se unirem nessa divulgação essas informações, elas alcançarão um maior número de pessoas. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM sugere que essa informação seja divulgada no perfil do Instagram da prefeitura, no que Ademir comenta que os lixeiros começaram a ser instalados no início do ano, enquanto as placas começaram a ser instaladas apenas no mês de Abril, não tendo havido ainda muita divulgação por se tratarem de ações muito recentes. Sem mais manifestações ou contribuições, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Revisão Plano Manejo APA:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita cede a palavra para a Bióloga e Coordenadora de Projetos Letícia Wandowsky, da STCP, que cumprimenta a todos os Conselheiros e inicia sua fala informando que a STCP foi contratada através de uma ATA de Registro de Preço feita pela Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC) para elaborar ou revisar diversos planos de manejo dos municípios da região e, embora a ATA de preços tenha sido publicada pela AMUNESC, a contratação das empresas era realizada individualmente por cada prefeitura dos municípios envolvidos, tendo sido a STCP contratada para revisar o Plano de Manejo da APA – Serra Dona Francisca, em Joinville; da APA – Rio Vermelho, em São Bento do Sul, que já foi finalizado; elaborar o Plano de Manejo do Refúgio da Vida Silvestre das Nascentes do Saí, em São Francisco do Sul; elaborar o Plano de Manejo da APA – Quiriri, em Garuva; e elaborar o Plano de Manejo da APA – Rio dos Bugres, em Rio Negrinho. O contrato entre a STCP e a Prefeitura de Joinville foi assinado em 01/11/2023, com vigência de 24 meses, com a empresa se programando para tentar antecipar a entrega da revisão do plano até Maio de 2025. Letícia comenta que a STCP é uma empresa sediada em Curitiba, com 43 anos de atuação e um histórico de cerca de 160 projetos finalizados em todo o país e no exterior, sendo inclusive a empresa que foi responsável por elaborar a primeira versão do Plano de Manejo da APA no ano de 2012, ressaltando que também foi a Coordenadora do projeto de elaboração naquela época. Letícia informa que a APA – Serra Dona Francisca é classificada como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, tendo sido criada em 1997 e, recentemente, em 2022, teve seus limites alterados com uma pequena redução da sua área, possuindo atualmente 40.428,09 Hectares. Letícia comenta também um pouco sobre o plano de manejo, informando que o mesmo é um documento técnico, elaborado a partir de diversos estudos e que também estabelece normas, restrições de uso e ações a serem desenvolvidas, orientando a gestão da Unidade de Conservação (UC), e reitera que o termo de referência prevê que a elaboração do plano deverá ser feita com base no novo Roteiro Metodológico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que possui algumas diferenças com a forma utilizada pela empresa para elaborar o primeiro plano, além de que o Plano de Manejo deve ser elaborado com base na sua categoria e nos objetivos de criação dessa UC, sendo os objetivos da APA – Serra Dona Francisca proteger os recursos hídricos; garantir a conservação de remanescentes de Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa); proteger a fauna silvestre; melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental; e preservar as culturas e as tradições locais. Letícia informa que a versão mais recente do Plano de Manejo é datada do ano de 2012, e que é necessário revisar o plano, pois com o passar do tempo ele naturalmente pode deixar de atender as necessidades da UC, podendo ser revisto pontualmente, ou

seja, apenas observando as novas demandas da UC, ou integralmente, quando for mais antigo como, como é o caso da APA, ressaltando que não existe em lei nenhuma previsão que diga de quanto em quanto tempo é necessário revisar o plano de manejo, embora geralmente adota-se que os planos devem ser revisados a cada cinco anos. Leticia informa também que o foco da revisão do plano é que o novo documento seja flexível, contínuo e gradativo, de modo que o documento não fique engessado, complexo e com muitas informações, sem que as ações previstas sejam efetivamente desenvolvidas; deve ter foco em diretrizes estratégicas de ação; sem produção de dados primários, ou seja, dados como levantamento de fauna e flora, entre outras, uma vez que isso é algo muito oneroso e desnecessário, uma vez que esses dados já foram reunidos anteriormente; uso da melhor informação disponível; identificar recursos e valores prioritários para a proteção da UC, para atingir seu propósito e manter sua significância; identificar as condições, ameaças e problemas da UC; e identificar e priorizar estudos e ações de manejo necessário. Com relação ao processo de construção do Plano de Manejo, Leticia informou que primeiramente existe uma etapa de organização e planejamento; seguida pela elaboração dos subsídios ao planejamento, ou seja, a fase de análise dos diagnósticos; as oficinas, forma de interagir com os moradores e trocar informações; consolidação, ou seja, finalização e entrega da primeira versão do Plano de Manejo; e trâmite de aprovação do processo que, no caso de Joinville, ocorre por meio de Decreto. Alguns dos elementos analisados no processo de revisão do plano, segundo Leticia, serão a realização de um Diagnóstico Ambiental da fauna, flora e meio físico; Diagnóstico Socioeconômico, Histórico e Cultural; os Momentos Participativos, que consistirão nas oficinas; e Zoneamentos e Planejamentos das Ações. Com relação ao cronograma, Leticia informa que a 1ª Etapa consiste na organização dos trabalhos, reuniões de alinhamento com a SAMA e a presente reunião com o Conselho e, finalizando essa reunião, será elaborado o produto um para ser entregue à SAMA; a 2ª Etapa consistirá na análise técnica da avaliação do Plano de Manejo anterior, observando pontos que já foram executados, coisas que funcionaram ou não funcionaram, coisas que já não cabem mais no plano, etc., para que posteriormente seja elaborado um documento de Avaliação do Plano de Manejo atual, que será o produto dois, que já está sendo desenvolvido e deverá ser finalizado até o final de Maio; a 3ª Etapa é o Diagnóstico Ambiental, programado para ser realizado entre os meses de Maio e Setembro, no qual serão desenvolvidas atividades de reconhecimento de campo, levantamento de dados, elaboração do diagnóstico, análise do uso e ocupação do território, elaboração do Sistema de Informações Geográficas (SIG) e revisão desses dados, comentando que já foi possível observar algumas discrepâncias entre os limites do território da APA e os dados de limites do município que serão corrigidos e realização da Oficina de Diagnóstico, com o objetivo de receber contribuições e conhecimentos sobre a APA dos participantes a fim de enriquecer ainda mais o diagnóstico, com todas essas análises sendo utilizadas para constituir tanto o produto três quanto o produto quatro; 4ª Etapa, que consiste na elaboração de um documento chamado “Potencial de Uso Sustentável”, que trará informações a respeito do uso sustentável da APA tanto com relação à biodiversidade quanto relacionado ao turismo, gerando o produto cinco; 5ª Etapa, constituída de Reuniões Técnicas seguidas de uma Oficina de Planejamento da UC e uma Oficina de Zoneamento, nas quais serão levantados temas relevantes para a construção do Plano de Manejo, com esses dados sendo utilizados para a construção do produto seis, a Revisão do Zoneamento; e, por fim, a 6ª Etapa, que consiste na elaboração da 1ª versão do Plano de Manejo, que será apresentado a prefeitura e poderá passar por revisões caso necessário, até ser finalizado e apresentado ao Conselho, submetido a aprovação dos Conselheiros e, se aprovado, será emitido um Decreto de aprovação do Plano de Manejo e, por fim, ele será apresentado à comunidade, sendo o próprio plano o produto final. Leticia fornece também o telefone e e-mail para contato com a STCP, aproveitando o ensejo para apresentar a Engenheira Ambiental, Mariana Calisto, Coordenadora do projeto de elaboração do Plano de Manejo da APA – Quiriri, em Garuva. Mariana cumprimenta a todos os Conselheiros, comentando já ter participado de uma série de revisões e elaborações de Planos de Manejo, incluindo a elaboração do Plano da APA – Rio Vermelho, em São Bento do Sul, recém finalizado pela empresa, e ressalta a importância da cooperação com a SAMA e com o próprio Conselho da APA para o desenvolvimento da revisão do plano. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita questiona como é para a equipe da STCP revisar um Plano de Manejo elaborado pela própria empresa, no que Leticia responde que esse é um dos seus primeiros projetos de revisão de um plano do qual participou da elaboração, e entende que, mesmo já tendo trabalhado o Plano de Manejo, a revisão é um processo completamente novo, uma vez que já se passaram 12 anos desde a aprovação do primeiro plano, bem como muitas normativas e entendimentos também mudaram, e lembra que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) havia entrado em vigor no ano 2000, ou seja, na época estava vigente por apenas 12 anos e tendo seus regramentos começando a serem implementados em muitas UCs. Leticia comenta também que o próprio entendimento da equipe muitas vezes já mudou também, com obrigações que antes eram colocadas no plano como responsabilidade exclusiva da Prefeitura, por exemplo, hoje sendo consideradas na

verdade compete a vários órgãos públicos, bem como outros pontos revistos também sendo revistos e modificados através dessa nova percepção, deve-se analisar também o pensamento do próprio cliente, no caso a Prefeitura, comentando que muitas vezes é comum ter que readaptar o plano de acordo com as ideias e com a realidade de cada município, de modo que, ao analisar todos esses pontos, é como se mesmo sendo uma revisão, o projeto inicie praticamente do zero, principalmente nas questões relacionadas à normativa, já que os diagnósticos geralmente não apresentam tantas mudanças em comparação com as normativas e os entendimentos relacionados às mesmas. O Conselheiro Dieter Klostermann, da AEA Babitonga complementa dizendo que há 12 anos atrás, quando foi aprovado o primeiro Plano de Manejo, as perspectivas tanto da equipe da STCP quanto do Conselho eram muito diferentes, comentando que foi muito romantizado na época por parte dos Conselheiros o projeto de elaboração do plano, que era uma demanda que vinha desde a criação da APA, no ano de 1997, de um modo que quando a oportunidade de criar o Plano de Manejo surgiu foi esperado um plano que abordasse todos os problemas e previsse o máximo de situações futuras possível, reforçando que não adianta criar expectativas enormes e planejamentos que não poderão ser comportados no futuro, sendo muito melhor elaborar um plano mais direto e simplificado, contudo, que possa ser colocado em prática, do que um plano extremamente complexo que não poderá ser executado da forma ideal mesmo com todos os esforços do Conselho e da SAMA. O Conselheiro Hector Silvio Haverroth, da Epagri ressalta a importância da revisão do Plano de Manejo, porém demonstra preocupação ao saber que a recomendação é de que os planos sejam revistos a cada cinco anos aproximadamente, julgando ser muito pouco tempo para atender uma parte significativa das demandas da APA, além de que, mudanças muito bruscas de governo próximo do momento de uma nova revisão poderiam acarretar na necessidade de realizar muitas alterações nas políticas relacionadas a Serra Dona Francisca, salientando que o que está sendo discutido é a preservação e manutenção de uma Unidade de Conservação que já passou por uma expansão urbana desordenada e irregular que nunca foi, e ainda não está sendo, contida, no que Leticia responde que as mudanças que ocorrem com uma revisão não são tão bruscas, e geralmente são motivadas por novas informações encontradas nos diagnósticos e não por políticas de governo, como por exemplo, a descoberta de novas espécies de plantas ou animais nativos e ameaçados de extinção em uma determinada área, o que acarretaria na mudança de classificação de uma zona menos restritiva para mais restritiva, e reforça que os Conselheiros não devem se preocupar com mudanças absurdas cada vez que o plano passar por uma revisão, pois serão apenas modificadas questões pontuais e necessárias, além de que, independente da mudança de governo, o Conselho sempre será consultado e estará presente para defender os interesses da APA e não permitir que a UC seja prejudicada com alguma grande mudança injustificada. A Conselheira Juliana Kammer, da ACR comenta achar que a revisão do plano, ocorrendo com a mesma empresa e equipe que o elaborou trabalhando em conjunto com o Conselho, que está completamente envolvido com todas as temáticas da APA, será bastante produtiva e terá potencial para que seja feito um trabalho excelente, e ressalta que já participou de revisões de outros Planos de Manejo tanto realizados pela STCP quanto por outras empresas, reforçando que as equipes da STCP realmente fazem seu trabalho com excelente competência técnica e que não tem dúvidas de que farão um ótimo trabalho. O Conselheiro Tarciso Jannig, da ATERJ reitera a questão das ocupações desenfiadas na APA levantada pelo Conselheiro Hector, comentando esperar que esse seja um ponto analisado durante a revisão do Plano de Manejo para que se tenham mais ações futuras para conter esse tipo de situação, lembrando que já foi ponto de discussão em reuniões anteriores do Conselho a questão de como as famílias proprietárias de terra na APA podem usar suas propriedades, pois existem várias famílias enormes com terrenos lotados de casas, formando uma pequena “Vila”, em que todos os parentes moram no mesmo terreno, no que Leticia responde que a Prefeitura já deixou a empresa ciente da necessidade de observar essa questão no Plano de Manejo, e comenta que esse é um problema muito comum em várias UCs com as quais a STCP vem trabalhando, um a vez que muitos cidadãos estão buscando formas de migrar da área urbana para zonas mais rurais e afastadas. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita complementa informando que esses casos de ocupações desordenadas tem se tornado cada vez mais comuns, e que por enquanto essas casas podem até ser ocupadas por pessoas do mesmo núcleo familiar, entretanto, em algum momento podem acabar sendo vendidas para terceiros e fazendo com que esses terrenos se tornem pequenas “Vilas”, que irão necessitar de infraestrutura, saúde, educação, esgoto, eletricidade, entre outros, com essas ocupações desordenadas ocorrendo de forma que o poder público não consiga planejar a infraestrutura necessária para atender essas demandas. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze, da Asbanville compara as paisagens e a área preservada da APA antes das ocupações irregulares no Quiriri, na Estrada Mildau e em outros pontos da UC chegarem aos níveis que estão hoje, salientando que isso não é um problema da atual gestão, e sim uma demanda antiga da APA que necessita de atenção, no que Leticia responde que em um dos produtos que serão apresentados haverá uma análise temporal, analisando a APA desde antes da implantação

do Plano de Manejo, para que se possam ser propostas ações para conter, ou pelo menos diminuir, essas ocupações, e incluir essas ações no plano. Sem mais manifestações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Simulídeos:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita cede a palavra para a Conselheira Magda Franco, da SAMA que cumprimenta aos demais Conselheiros e inicia sua fala informando que a licitação para os serviços de aplicação do produto para controle dos simulídeos ocorreu em Janeiro de 2024 e, após o resultado da escolha da empresa vencedora da licitação ter sido divulgado, algumas das outras empresas participantes da licitação recorreram da decisão, o que levou a um atraso de quase três meses para que, por fim, a empresa vencedora e a prefeitura pudessem celebrar o contrato no final do mês de Abril, com a reunião inaugural com a empresa tendo sido realizada no dia 30 de Abril, comentando também que a empresa que venceu a licitação era a mesma empresa que já realizava as aplicações no contrato anterior e, assim como o caso da STCP com o Plano de Manejo, é uma empresa que já conhece a área, as trilhas e os pontos de aplicação, reforçando que foi convencionado entre a SAMA e a empresa que as aplicações deveriam iniciar o mais rápido possível, com a empresa informando que já conseguiria iniciar as aplicações no dia 09/05/2024, após organizar a estrutura para aplicação e receber a encomenda do produto, prevista para ser entregue no dia 08/05/2024. Com relação ao novo plano de trabalho, a Conselheira Magda informa que já está sendo trabalhado paralelamente com a empresa, comentando que houve ajustes e melhorias nesse novo plano de trabalho, que deve ter sua primeira versão entregue até o dia 10/05/2024 para ser analisado pela Unidade de Gestão Ambiental (UGA) e realizadas sugestões de alteração ou a aprovação. A empresa também deve encaminhar um segundo produto, que será a avaliação dos mapeados, momento em que será definido se deve haver alterações ou mudanças em algum dos pontos de aplicação. A Conselheira Magda informa também que a SAMA continua com a parceria com a SDE.UDR para a fiscalização das aplicações, com a Unidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico fornecendo três servidores subsidiados pela equipe da UGA, que também fornece dois servidores para auxiliar na fiscalização, comentando também que uma das principais novidades relacionadas ao contrato é um dispositivo desenvolvido em conjunto pela SAMA, SDE e SEPUR, que desenvolveram um aplicativo vinculado ao ArcGIS, informando que ainda serão feitos o treinamento dos aplicadores e as primeiras experiências de uso do aplicativo em campo. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita informa que o aplicativo irá conter um formulário para preenchimento por parte dos aplicadores, que irão, além de colocar nos pontos de aplicação as “garrafinhas” com as anotações, também realizarão o *check-in* dos pontos de aplicação nessa plataforma, comentando que está sendo vista a possibilidade de incluir as trilhas nesse aplicativo e que, com a utilização da plataforma e da marcação no local, será possível conferir duas vezes as aplicações e obter um maior controle da fiscalização das mesmas. A Conselheira Magda comenta também que foi acordado com a empresa que, para que haja uma efetividade no controle dos borrachudos, as três primeiras aplicações realizadas pela empresa serão realizadas com intervalos de 10 dias entre as aplicações e, após isso, segue-se o cronograma padrão de aplicações com intervalos de 15 dias entre aplicações. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita aproveita o ensejo para agradecer ao Sr. Samir, do SindRural e ao Conselheiro Tarciso Jannig, da ATERJ que auxiliaram a SAMA na aplicação do produto em áreas mais críticas da APA durante o período em que o contrato com a empresa vencedora da licitação não podia ser celebrado, momento em que a SAMA realizou a compra de produtos via AMUNESC e essas entidades prestaram auxílio na realização dessas aplicações emergenciais. O Conselheiro Tarciso Janning, da ATERJ agradece ao Presidente do Conselho e ressalta a importância que essa aplicação do produto para controle dos simulídeos tem para os moradores da APA e para o turismo rural que está sendo promovido, aproveitando o momento para questionar se já tem confirmação do dia em que iniciam as novas aplicações, no que o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita responde que essas aplicações serão retomadas na próxima quinta-feira, dia 09/05/2024, e informa que a SAMA está monitorando a entrega do produto a empresa responsável da aplicação, que está previsto para ser entregue no dia 08/05/2024 e, caso esse produto não chegue no tempo previsto, o produto que foi adquirido anteriormente pela SAMA será entregue para que a empresa inicie essas aplicações até que o produto chegue, reforçando que é prioridade na SAMA iniciar essas aplicações o mais rápido possível. O Conselheiro Dieter Klostermann, da AEA Babitonga comenta que o controle dos borrachudos é um desafio para todas as novas gestões que passam pela Secretaria pelo fato de a APA ser um território muito grande, além do fato de que pelo município de Joinville ser um dos poucos municípios que mantem essas aplicações durante todo o ano, outra questão levantada é que o borrachudo é uma espécie nativa da região, sendo uma espécie que se prolifera muito em locais com muita água, e que esse intervalo de 15 dias entre as aplicações nem sempre se mostram eficazes, e salienta também que a quantidade de produto aplicado deve depender da vazão, pois é a vazão que garante o transporte do produto entre um ponto de aplicação e outro e, em períodos de seca, o produto acaba não sendo transportado entre os pontos,

ou seja, a vazão é extremamente importante na aplicação, e sugere que deveria ser realizada, pelo menos nos principais pontos de aplicação, uma medição da vazão para que se estabeleçam pontos de referência que a empresa possa utilizar para realizar as aplicações, e sugere também que seja observada como forma de controle da eficácia das aplicações a inspeção dos pontos de aplicação mais críticos para observar a presença de pupas de borrachudo e, caso haja a presença de pupas mortas nesses pontos, à aplicação terá sido um sucesso. Sem mais manifestações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre. 5.1) Regimento Interno (atualização):** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita cede a palavra para o Secretário do Conselho, José Neto, que cumprimenta os Conselheiros e inicia sua fala informando que foi encaminhado aos Conselheiros por meio do grupo de WhatsApp do Conselho o arquivo contendo as sugestões de alterações no regimento interno do Conselho propostas pela Secretaria, e que agora os Conselheiros devem realizar a leitura desse documento e opinarem sobre essas alterações, bem como sugerirem outras possíveis alterações, e comenta também que, atualmente, existem dois Decretos vigentes, um que aprovou o regimento interno atual e outro que acrescentou os artigos que preveem reuniões virtuais, que foi aprovado durante a pandemia do COVID – 19, com as principais sugestões de alteração do regimento por parte da Secretaria sendo a junção desse texto no regimento interno. Sem mais manifestações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 5.2) IQA/CAJ:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita cede a palavra para a Conselheira Patricia Helena Eggert Karnopp, da CAJ que cumprimenta aos demais Conselheiros e inicia sua fala informando que, no mês de Abril de 2024, o Rio Cubatão apresentou uma vazão ecológica de 13.847 L/s, enquanto no Rio Pirai a vazão foi de 1.726 L/s, sendo esses índices excelentes. Com relação ao índice de qualidade de água, o Rio Cubatão apresentou índice de 70,90%, enquanto o Rio Pirai apresentou índice de 72,4%, com ambos tendo como boa a classificação da qualidade da água no mês de Abril. A Conselheira Patricia informa também que foi encaminhado no grupo de whatsapp do Conselho pela Conselheira Titular da CAJ, Daiane Paul Nunes os dados solicitados referentes às ações emergenciais de monitoramento, bem como os resultados obtidos dessas ações realizadas desde o dia do acidente com o caminhão com a carga de Ácido Sulfônico no dia 29/01/2024 até o dia 28/03/2024, quando foi confirmada a estabilidade dos resultados e finalizadas as ações emergenciais de monitoramento. A Conselheira Patricia comenta também que existem outros monitoramentos estabelecidos pela Companhia que são realizados de tempos em tempos para garantir a qualidade da água, como o monitoramento bimestral de agrotóxicos, com o último monitoramento tendo sido realizado no mês de março de 2024, no qual não foi detectada a presença de nenhum agrotóxico na água. Com relação ao programa “Águas para Sempre”, a Conselheira Patricia informa que não houve muitos avanços com relação à atualização das informações, pois a CAJ esteve focando nos últimos tempos na elaboração de um termo de referência de contratação de uma empresa terceirizada que irá gerir o programa, e informa também que, atualmente, a Companhia possui seis termos de adesão ao programa assinados, três manifestos de interesse assinados, cinco termos atualmente em negociação e sete novos proprietários que demonstraram interesse em aderir ao programa. Entre os meses de Abril e Maio foram iniciadas as ações de limpeza dos sistemas de esgotamento sanitário (fossa filtro e caixas de gordura) dessas propriedades, ações essas que estão sendo realizadas gradativamente, uma vez que são utilizados caminhões em dias que não estejam sendo utilizados pela empresa parceira, já que essas fossas também não estão entupidas, logo, essas ações não são emergenciais. Foi realizada também no mês de abril a vistoria final da propriedade do Sr. Denildo, com a Conselheira Patricia informando que esse proprietário aderiu ao programa no mês de Maio de 2023, informando também que, ao final da próxima reunião do Conselho Gestor da APA, será realizada uma cerimônia de pagamento pelos serviços ambientais prestados nessa propriedade. A Conselheira Patricia encerra sua fala, se colocando à disposição para responder eventuais questionamentos dos demais Conselheiros. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM questiona se não seria possível reenviar o arquivo com os dados das ações emergenciais de monitoramento do Rio Cubatão dividido em partes, pois alguns dos Conselheiros estão tendo problemas para transferir o documento para outras plataformas em razão do tamanho do arquivo, no que o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita responde que o arquivo será disponibilizado novamente. O Conselheiro Ademir comenta que estão sendo realizadas obras de construção de um condomínio no Km 28 da SC – 418, no sentido que leva ao Rio Cubatão, e que outros moradores o encaminharam fotos dessas obras e formalizaram reclamações por ouvidorias, e questiona se a SAMA possui alguma licitação para a compra de drones em andamento ou se já foi efetuada a compra desses equipamentos para serem utilizados na fiscalização, no que o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita responde que a Secretaria possui um contrato com a SEPROT, e informa que a SAMA não irá comprar os drones, mas sim horas de vô com uma empresa que forneça esses serviços, uma vez que para comprar os equipamentos os custos seriam muito maiores, pois seria necessário investir em

capacitação dos profissionais da SAMA e prever no orçamento valores para eventuais manutenções ou substituições de drones quebrados, sendo muito mais vantajoso obter os serviços de uma empresa que irá operar os drones e será responsável pela manutenção e troca dos equipamentos e, com relação a essa construção, pede que o Conselheiro Ademir encaminhe as informações e as imagens sobre essas obras para que a Secretaria possa encaminhar a equipe de fiscalização para averiguar a situação e, se necessário, que a SAMA coordene uma ação coordenada com a PMA ou com a Guarda Municipal para identificar o que está acontecendo, informando que irá encaminhar essa situação com urgência a equipe de fiscalização para que eles realizem o levantamento necessário para identificar se essa obra possui autorização ou se realmente é uma obra irregular. A Conselheira Magda informa que a SAMA está preparando para a semana do dia 03/06/2024 uma programação especial da “Semana do Meio ambiente 2024”, e que essa programação será encaminhada aos Conselheiros juntamente com o convite para participarem dos eventos quando toda a programação tiver sido definida, e comenta também que, como o dia do Meio Ambiente coincidiu com a data da reunião do mês de Junho do Comdema (dia 05/06/2024), a Secretaria solicitou a utilização do Salão Nobre da ACIJ para realizar uma reunião conjunta entre os quatro Conselhos da SAMA, sendo esses o Comdema, o CMSB, o Conselho da RDS – Ilha do Morro do Amaral e o Conselho da APA – Serra Dona Francisca, aproveitando o ensejo para convidar os Conselheiros para essa reunião, que irá contar também com a participação de entidades convidadas, estando programada para essa reunião uma palestra especial do IMA sobre o programa “Penso, logo Destino”, além da apresentação do novo Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha da Ilha do Morro do Amaral. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita informa que essas informações serão disponibilizadas com mais detalhes nos grupos de WhatsApp dos Conselhos. Não havendo demais contribuições ou manifestações, o Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Fábio João Jovita agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 20h04min, sendo extraída a presente Ata, assinada pelo Presidente do Conselho da APA, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

João Victor Galvan

José Augusto de Souza Neto

SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 14/08/2024, às 16:46, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0021253708** e o código CRC **0BEB6AF3**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.010684-8

0021253708v26
0021253708v26